



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

30/06/2016 - Convergência Digital

Anatel tem R\$ 10,6 bilhões em multas para receber da Oi



A Anatel tem R\$ 10,6 bilhões a receber da Oi em multas aplicadas e não pagas, mas vai entrar na fila de credores. Na mesma decisão que aceitou o pedido de recuperação judicial da operadora, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro estendeu às " multas administrativas impostas pela agência reguladora" no rol das dívidas com cobrança suspensa.

" A suspensão das ações é ampla e abrange toda ação que importe em ataque ao patrimônio das empresas em recuperação judicial. A presente suspensão incluirá, ainda, as ações judiciais através das quais estejam sendo executadas as penalidades administrativas aplicadas em desfavor das empresas devedoras, por exemplo pela Anatel, as quais, segundo consta da peça vestibular, atingem mais de R\$ 10 bilhões, representando parcela significati-

va do passivo das requerentes" , determinou o juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do RJ.

A decisão de incluir a Anatel na fila de credores se deu na decisão de aceitar o pedido de recuperação judicial da operadora, na noite de quarta-feira, 29/6, e acerta em cheio as pretensões da agência de ficar de fora – embora a Anatel já tivesse admitido que qualquer discussão sobre os acordos para troca de multas por investimentos estão suspensas por conta do pedido da operadora ao TJRJ.

Ao acatar os argumentos da tele, o juiz sustenta " um histórico de imposição de multas milionárias aplicadas às empresas por questionadas exigências do setor regulatório - crescendo a uma dívida impagável - que retratam elevado passivo exigido em ações ajuizadas pela Agencia Reguladora" . Segundo ele, a partir de informações prestadas pela Oi no processo, essas multas da Anatel estão " atualmente no valor de cerca de R\$10,6 bilhões" .

Para o juiz, " o prosseguimento destas execuções acarretaria, ao fim e ao cabo, a inviabilidade do processamento da recuperação judicial, tendo em vista o considerável montante objeto de cobrança naquelas ações, tornando-se necessária a suspensão também das referidas demandas" . Daí a decisão adicional de que " ficam suspensas todas as execuções, sejam elas extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, inclusive as execuções através das quais estejam sendo cobradas as multas e/ou sanções administrativas aplicadas contra as devedoras" .



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/07/2016 - Telesíntese

Temer sanciona com vetos Lei das Estatais

A nova Lei das Estatais proíbe que políticos ou quem disputou eleição nos últimos 36 meses participem de diretoria das empresas. No caso dos Correios, cuja presidência está sendo ocupada por um ex-deputado, não há mudança, porque a lei não é retroativa. Na Telebras, o ex-deputado Jorge Bittar já anunciou que pretende deixar a estatal. Entre os nomes cogitados aparecem o do ex-conselheiro da Anatel, Jarbas Valente, para uma diretoria da empresa. Com a aprovação da lei, começam as disputas políticas pela indicação daqueles que vão ocupar os cargos.

Foi publicada hoje no Diário Oficial da União a nova Lei das Estatais, que proíbe que as diretorias das empresas sejam preenchidas por dirigentes partidários ou com cargos políticos. Com essa publicação fica liberado o processo de nomeação para as centenas de cargos das estatais, que mesmo técnicos, precisarão ter o apadrinhamento político para emplacarem.

Depois que a Câmara dos Deputados tentou flexibilizar a lei, iniciativa que foi barrada pelo Senado Federal, no que se referia à indicação de para diretorias ou conselhos das estatais de dirigentes partidários ou de políticos que tivessem disputado eleições nos 36 meses anteriores à nomeação, o presidente interino, Michel Temer, sofreu muita pressão para vetar esses

artigos, mas acabou não fazendo.

Ele vetou porem o artigo que proibia que diretores participassem também dos conselhos de administração. Outros nove vetos foram feitos ao projeto.

Telebras

A lei não é retroativa, o que significa que a indicação feita pelo ministro Gilberto Kassab para a presidência dos Correios, de seu correligionário e ex-deputado Guilherme Campos (PSD-SP), permanece.

Na Telebras, o ex-deputado petista, Jorge Bittar, aguarda a sua destituição. E o ex-conselheiro da Anatel, Jarbas Valente, é um dos nomes cotados para ocupar uma das diretorias.

30/06/2016 - Convergência Digital

Governo redefine política de Segurança e mira ataques cibernéticos

O governo interino baixou nesta quinta-feira, 30/6, uma nova Política Nacional de Inteligência, cujo principal ponto é transferir para o Gabinete de Segurança Institucional a coordenação do Sisbin, o sistema brasileiro de inteligência – competência que tinha sido deslocada para a Secretaria de Governo em 2015.

A política define “ os parâmetros e limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência”, tendo como premissa “ possuir abrangência tal que lhe possibilite identificar ameaças, riscos e

oportunidades ao País e à sua população” .

Segundo o Decreto 8.793, as principais ameaças são espionagem, sabotagem, interferência externa, ações contrárias à soberania nacional, ataques cibernéticos, terrorismo, atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis, armas de destruição em massa, criminalidade organizada, corrupção e ações contrárias ao Estado Democrático de Direito.

A nova política defende a expansão das capacidades operacionais de inteligência, com menção específica para aquelas realizadas “ no espaço cibernético” .



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

“ O desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações impõe a atualização permanente de meios e métodos, obrigando os órgãos de Inteligência - no que se refere à segurança dos sistemas de processamento, armazenamento e proteção de dados sensíveis - a resguardar o patrimônio nacional de ataques cibernéticos e de outras ações adversas, cada vez mais centradas na área econômico-tecnológica.”

Nesse sentido, a internet é alvo certo da espionagem. “ A rede mundial de computadores, além de canal cada vez mais propício à perpetração de

atos protagonizados por agentes do crime organizado ou por organizações terroristas, tem-se constituído, ainda, em espaço privilegiado de discussões, diversas das quais relativas aos interesses do País” .

E diz ainda que “ os prejuízos das ações no espaço cibernético não advêm apenas do comprometimento de recursos da tecnologia da informação e comunicações. Decorrem, também, da manipulação de opiniões, mediante ações de propaganda ou de desinformação” .

30/06/2016 - Carta Maior

‘Temer é um retrocesso em termos de Direitos Humanos’

Especialista em direitos humanos questiona o governo interino e medidas como a espionagem a políticos do PT e líderes de movimentos sociais

Nada de golpe “brando” . Com o passar dos dias, ficou demonstrado que a destituição de Dilma Rousseff derivou num regime autoritário de aparência institucional e natureza despótica, que passou a criminalizar o PT, obstruir as viagens da presidenta e espionar o ex-mandatário Luiz Inácio Lula da Silva.

Aliados do presidente interino Michel Temer já fazem alusões a um possível uso da Lei Antiterrorista contra aqueles que participem de prováveis protestos e bloqueios de estradas durante os Jogos Olímpicos, em agosto.

“ Este governo é uma regressão, Temer é um perfeito retrocesso, com sua equipe de ministros conservadores, com claras convicções reacionárias, que não têm nenhum respeito pelos direitos humanos e pela moral pública” declarou Luiz Cláudio Cunha, um reconhecido especialista em direitos humanos, que integrou a Comissão da Verdade sobre a ditadura, instalada e concluída durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Na semana passada, policiais com armamento pesado e uniformes de guerra invadiram a sede do PT em São Paulo, com o objetivo de suscitar “ um espetáculo midiático para criminalizar o partido” , denunciou o presidente da legenda, Rui Falcão. Simultaneamente, o ex-ministro Paulo Bernardo era detido pela Polícia Federal,

acusado de corrupção. O doutor em Ciências Políticas Robson Sávio Reis Souza escreveu que semelhante uso da força revela “ uma caça às bruxas ao melhor estilo de Torquemada” , cujo propósito é intimidar o partido de Dilma e Lula.

Depois dessa invasão, Temer disse aos meios governistas (que são praticamente todos os da chamada “ grande imprensa”) que perseguição à principal força política opositora era algo próprio da “ ordem” constitucional e não cabia nenhuma crítica.

Antes disso, Temer havia ordenado que Dilma fosse privada parcialmente do uso de aviões da Força Aérea Brasileira, apesar de ter o direito de usá-lo, já que não deixou de ser presidenta, apesar do processo de impeachment no Senado.

A restrição dos voos de Dilma e a ordem judicial que proibiu a entrega de fundos estatais ao PT, recursos que todos os partidos envolvidos no golpe continuam recebendo, limitam objetivamente os direitos políticos de Dilma, que mesmo assim viajou a vários estados, onde encabeçou atos com massiva participação popular.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-Temer-e-um-retrocesso-em-termos-de-Direitos-Humanos-/4/36370>

27/06/2016 - Brasil de Fato

Tecnologia, rapidez e precarização compõem cenário do mercado de trabalho atual

Mudanças nas relações de trabalho ocorrem de maneira acelerada desde o final dos anos 60

Em constante mudança, as principais transformações no mundo do trabalho ocorrem de forma acelerada desde a década de 1960. Aumento do número de mulheres empregadas, diminuição dos trabalhadores na indústria, crescimento da informalidade, informatização e dificuldades de inserção dos que buscam o primeiro emprego são exemplos, listados por pesquisadores, do que se alterou nesse cenário.

Nesta série especial, publicada a partir desta segunda-feira (27), o Brasil de Fato discute – em “quatro atos” – diferentes abordagens para pensar o mundo do trabalho na atualidade. Transformações, tecnologia, juventude e saúde foram os temas escolhidos para este conjunto de reportagens.

Com o aumento do desemprego, o nível de cobrança para quem está empregado se intensifica. “Hoje, a exigência ao trabalhador é feita com base na produção, o que gera muita sobrecarga”, avalia a professora Elaine Rabelo Neiva, do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB).

Nesse contexto, Elaine considera que a informatização e a entrada da tecnologia em todas as áreas trouxeram ganhos reais, como flexibilização dos horários, oportunidade de trabalho remoto (como o home office – trabalho em casa), entre outros, mas também precarizaram a qualidade de vida do trabalhador.



“No final do século passado, as pessoas acreditavam que, hoje, teríamos mais momentos de lazer e menos horas trabalhadas, o que não aconteceu. Trabalham-se cada vez mais horas, não as computadas pelo relógio, mas fora do ambiente de trabalho, levando tarefas para casa, ficando depois do expediente para

finalizar projetos. A tecnologia é primordial nisso ao permitir que o trabalho invada a vida das pessoas”, comenta ao citar os grupos do WhatsApp das empresas que permitem que, a qualquer hora e local, o trabalhador esteja “disponível”.

A precarização também é uma marca da atualidade. De acordo com levantamento da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), quatro em cada dez brasileiros têm emprego informal no Brasil e 71% têm mais de 35 anos. “A informalidade que concede liberdade, mas retira direitos; e a precarização, que faz com que o indivíduo trabalhe com cada vez menos suporte para realizar suas funções também fazem parte desse cenário de novas exigências do mercado, vide a terceirização que nada mais é do que uma forma de precarizar a atividade do trabalhador”, pondera Elaine.

Leia mais em:

<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/27/tecnologia-rapidez-e-precarizacao-compoem-cenario-do-mercado-de-trabalho-atual/>

30/06/2016 - Carta Maior:

A quem serve o Banco Central?



Na segunda-feira, dia 27 de junho, o Banco Central divulgou a sua tradicional Nota à Imprensa versando sobre “Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro”. Uma vez por mês a instituição, que é oficialmente encarregada pela implementação da política monetária e pela regulação do sistema financeiro, vem a público oferecer as informações oficiais a respeito do comportamento desse importante setor de nossa economia.

Há todo um cerimonial envolvido nas diferentes ocasiões em que o órgão subordinado ao Ministério da Fazenda pretende anunciar algum tipo de decisão ou comunicado. Isso vale especialmente para as reuniões do Conselho de Política Monetária (Copom), quando a diretoria do BC decide a respeito do patamar da taxa oficial de juros, a Selic. O mesmo ocorre quando da divulgação da famosa Ata da Reunião desse mesmo encontro do Copom, em que se pretende indicar tendências futuras quanto à política monetária e no que se refere ao comportamento esperado da taxa.

Além disso, o BC tem por atribuição institucional o acompanhamento da evolução da situação das contas públicas do Brasil de uma forma ampla, mais abrangente do que faz o Tesouro Nacional. E assim também é sempre aguardada todo mês a sua Nota sobre Política Fiscal. O mesmo ocorre com a sistemática de

monitoramento das contas que o País mantém com o resto do mundo, envolvendo o Balanço de Pagamentos, as Reservas Internacionais e o endividamento em moeda estrangeira. Assim, os interessados esperam pela Nota sobre Setor Externo.

BC: distante no discurso e na prática

Por outro lado, o BC divulga também um estudo mais detalhado a respeito do comportamento da evolução dos preços em nossa economia. Os analistas e estudiosos utilizam o Relatório Trimestral de Inflação como fonte importante de orientação a respeito do fenômeno que guarda uma história sempre muito tensa em nossa sociedade.

Todos esses documentos são apresentados em uma linguagem bastante distante do universo das pessoas ditas “normais”, ainda que sejam indivíduos bem formados e informados. Não apenas o “economês” - como também um novo idioma que se torna bastante apimentado pelo toque do “financês” e do “monetariês” - dificulta o acesso e compreensão daquilo que se pretende divulgar. O raciocínio utilizado também é claramente voltado para os profissionais que lidam com o sistema financeiro em seu cotidiano. Em tese, a transcrição desse código de difícil assimilação para a maioria da população deveria ser tarefa a cargo dos meios de comunicação. No entanto, os jornais e a imprensa em geral só fazem repetir os termos do linguajar dos comunicados em artigos e matérias mais breves. Mas todos permanecem igualmente inacessíveis, sempre repetindo a lógica e os argumentos do próprio financismo e da ortodoxia.

E assim, aqui retomo a pergunta que empresta o título do artigo: a quem serve o BC? Para tanto, recupero a nota a que me refiro no primeiro parágrafo, que pretende oferecer um panorama amplo da dinâmica do mercado financeiro. Dentre tantas informações, considero bastante simbólica a divulgação de informações relativas ao amplo conjunto de diferentes taxas de juros envolvidas nas operações de crédito.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/06/a-que-serve-o-banco-central.html>